

**ACTA N.º 3/2010  
DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA  
EM 15 DE ABRIL DE 2010**

-----Aos quinze dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente JOÃO SALGUEIRO, secretariada pelo Secretário Municipal NEUZA JOSÉ DOS REIS MORINS, achando-se presentes os Vereadores Senhores, JÚLIO JOÃO CARREIRA VIEIRA, ALBINO PEREIRA JANUÁRIO, ANABELA DOS SANTOS MARTINS, LUÍS MANUEL COELHO DE ALMEIDA E RUI AUGUSTO MARQUES DA SILVA PEREIRA NEVES, tendo faltado a Vereadora Senhora RITA ALEXANDRA SACRAMENTO ROSA CEREJO.-----

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

-----A Câmara Municipal deliberou justificar a falta à Vereadora Senhora Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo.-----

-----**PONTO ÚNICO - APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO, APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAMENTE AO ANO DE 2009** – O senhor Presidente deu como iniciada a discussão da prestação e relatório de contas do ano dois mil e nove, passando a palavra ao Senhor Vice-Presidente Albino Januário.-----

-----O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção referindo que lhe parece que a prestação de contas respeita os princípios contabilísticos legais, tais como, o princípio da consistência, transparência, e da prudência, reflecte a verdade material dos resultados e da situação patrimonial do Município à data de trinta e um de Dezembro do ano dois mil e nove. Quanto aos resultados obtidos, parece-lhe que os objectivos foram de um modo geral atingidos, os resultados estão espelhados nos vários indicadores referidos no documento, tais como, indicadores de actividade ou indicadores de natureza económico financeira que foram de um modo geral bastante positivos. Em relação aos resultados económico-financeiros, a exploração de resultados apresenta uma variação positiva, embora não seja muito relevante para este tipo de apreciação. Foram calculados outros, como seja, o investimento que subiu cerca de 15%. No que diz respeito à área de recursos humanos que é aquele sector onde os resultados são menos positivos, mais propriamente em relação ao nível do absentismo e a variações na massa salarial, que sofreram um aumento. Acrescentou que a evolução da massa salarial é positiva ou relativamente positiva, tendo em conta que ela não terá sofrido nenhuma variação para mais, a não ser aquela que advém da própria lei, ou seja, o aumento legal, o outro aumento que aí se verifica em termos de valor absoluto tem origem nos setenta sete ou setenta e oito funcionários não docentes que estão afectos às várias escolas do concelho que foram transferidos para a competência do Município em um de Março do ano dois mil e nove. Portanto estão aí contidos cerca de doze meses de salário e que como diz na página vinte e oito, reporta a setecentos e trinta e oito mil euros. O prazo médio de pagamentos a fornecedores subiu um pouco, aliás como esperava e que disse na Assembleia Municipal aquando da aprovação do Orçamento, que subiria para cerca de cem dias, mas de facto ficou um pouco aquém e não chegou a cem dias, sendo de noventa e seis dias, tendo ainda assim subido de oitenta e três para noventa e seis dias. Explicou que este aumento tem a ver nomeadamente com o atraso significativo no recebimento de algum investimento que se reflectiu nos créditos obtidos a curto prazo. Referiu ainda que a despesa corrente também subiu em termos relativos, cerca de dezassete por cento, o que tem a ver, por um lado, com a transferência do pessoal não docente das escolas para o domínio do Município desde um de Março de dois mil e nove, e por outro lado, com o aumento significativo

do custo social. O custo social em dois mil e oito fixou-se na ordem de um milhão de euros e este ano sobe outra vez para um milhão e trezentos mil euros, o que do seu ponto de vista, é uma trajectória absolutamente insustentável para Município, ainda que uma parte deste custo seja criada pelo actual governo. Reforça que este Município não está em condições de deixar que este gráfico aumente na maneira que tem vindo a aumentar, a menos que se continue a endividar e a contrair empréstimos para uma resposta atempada aos créditos de curto prazo. Em relação ao Balanço referiu que é uma situação óptima porque o activo líquido voltou a subir onze por cento, tendo sido assim desde dois mil e seis. Foi de facto uma subida muito significativa, não só este ano, como também em anos anteriores. Não é só o activo líquido mas também a situação líquida, ou seja, os Fundos Próprios ou Capital Próprio, subiu mais de sete por cento este ano. O Passivo subiu exactamente na proporção inversa, e ainda se mantém com uma grande folga em termos de capacidade de endividamento. A receita, ou seja, entrada de dinheiro nos cofres da Câmara, significou apenas 100,08% da despesa, e este é um indicador que não é nada animador para o futuro, porque o elevado ritmo de investimento que tem existido nos últimos quatro anos não se pode continuar a verificar por outros quatro, uma vez que não existem condições para aumentar a receita.-----

-----O Senhor Vereador Rui Neves interveio questionando se relativamente às despesas correntes, nomeadamente às despesas com o pessoal, o aumento verificado se deve à transferência de competências para o Município do pessoal não docente das escolas. -----

-----O Senhor Vice-Presidente respondeu que deve-se a essa situação mas também, como já tinha referido, ao aumento da massa salarial por imposição legal em 2,9%. Referiu ainda que enquanto nas empresas privadas existe o princípio da especialidade do exercício, ou princípio da continuidade, que é muito importante para que o princípio da comparabilidade resulte, também nesta prestação de contas é importante comparar. E é o que se pretende fazer no que respeita à despesa corrente, com excepção feita à despesa com o pessoal, ficando então a aquisição de bens e serviços, as transferências para as Juntas de Freguesia, sendo o grande bolo a aquisição de bens e serviços. O que se verifica com muita pena da sua parte, é que o princípio que referiu não se aplica no âmbito do POCAL, ou seja, só é considerada despesa quando é paga, o que leva a que, por exemplo, no aumento de aquisição de bens e serviços verificado relativamente ao ano de dois mil e oito, depende muito da capacidade de pagar em trinta e um Dezembro, ou durante o mês de Dezembro. Se a Câmara tiver muita capacidade de pagar no mês de Dezembro, efectua-se o pagamento da despesa corrente em vez de pagar investimento, deste modo a despesa corrente baixa, independentemente de se ter assumido mais despesa corrente que é essa que deveria de constar na contabilidade. Quando se compra deveria de se contabilizar a despesa e o que o POCAL diz é que só se contabiliza quando se paga a despesa. Por isso é que existem variações que podem ser significativas. Nas despesas com o pessoal esta questão não se coloca porque não há crédito, faz-se a despesa e paga-se, enquanto que na aquisição de bens e serviços o pagamento não é feito logo, o fornecedor fica a aguardar. Reforça novamente que poderá haver alguma distorção significativa em alguns casos, quando estamos a comparar situações que possam não ser comparáveis. -----

-----O senhor presidente tomou a palavra pedindo aos senhores vereadores da oposição para emitirem a sua opinião, tecer comentários ao documento em discussão.-----

-----O senhor vereador Luís Manuel Almeida interveio dizendo que em relação aos princípios legais a abordar nas contas, ninguém põe isso em causa. Os princípios legais vêm se bem pelos documentos que estão a ser cumpridos e quanto à verdade dos números que aparecem nos documentos, não põe em causa que não correspondam à verdade. Concordando com a situação referida pelo senhor vice-presidente relativamente à aplicação da óptica de caixa, que poderá distorcer um pouco alguns dos resultados obtidos. Ao analisar as contas verificou que a taxa de execução do orçamento é de cerca de 64%. Se tivessem entrado as receitas do QREN previstas, este grau de execução seria superior, ou seja, este grau de execução pode estar a ser influenciado por receitas do QREN que efectivamente não aconteceram. Se fossem retiradas as receitas previstas do QREN, o grau de execução rondava os 77% e se for analisada a evolução das taxas de execução orçamental relativamente a anos anteriores verifica-se que não tem havido melhora muito significativa. Verifica-se um acréscimo de receita em cerca de dois

milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil euros, o que foi bom dado se tratar de um ano de eleições. Quanto às despesas correntes, o Orçamento para 2009 previa despesas correntes na casa dos 79% e verifica-se que de facto ficaram na casa dos 63,56%.-----

-----O senhor vice-presidente interveio esclarecendo que a taxa de 63,56% engloba a taxa de execução orçamental da despesa corrente e despesa de capital e elas são muito diferentes uma da outra. A taxa de execução da despesa corrente é de 79,19% e a da despesa capital é de 46,81%, o que significa que, quando se elabora um Orçamento muitas vezes ao longo do exercício económico, têm que se fazer alterações Orçamentais, verificando-se que no ano de 2009 foram feitas sete, estando relacionadas com a dinâmica da gestão da Câmara e às vezes surgem necessidades que não estavam previstas no Orçamento inicial e têm que se prever obras que inicialmente não estavam inscritas no plano de actividades, ou seja, o grau de incerteza quanto à execução orçamental é de longe sempre muito maior em relação à despesa de capital do que em relação à despesa corrente. Referiu ainda que o Orçamento é feito tendo em vista criar condições para que quando surja a oportunidade do investimento que não estava planeado, ou que estando planeado não estava por aqueles valores, possa responder à oportunidade criada. E enquanto não passar esta onda de investimentos ao abrigo do QREN, porque que não se pode candidatar nada que não esteja previsto em plano, isso faz com que as taxas de execução ao nível do investimento tenham descido progressivamente desde 2007 até agora, acreditando também que em 2010 a taxa de execução seja ainda mais baixa e uma das principais razões é que têm que ser previstas em plano obras que à partida não irão ser executadas, pelo menos naquele valor que lá está, mas têm de o fazer para que a candidatura prossiga o seu procedimento normal.-----

-----Interveio o Sr. Vereador Luís Almeida referindo que se verifica que os juros com os encargos tendem a aumentar. No ano 2009, mesmo com os empréstimos a serem contraídos a um grande longo prazo, houve um acréscimo de juros e outros encargos no valor de 15.000 euros e que a tendência vai ser para aumentarem e dado que o montante de endividamento vai ser maior, vai haver então uma sobrecarga nesta rubrica.-----

-----Interveio o senhor Vereador Albino Januário dizendo que de facto é verdade o que ao senhor Vereador Luís Almeida referiu, mas se forem analisados os rácios feitos no âmbito dessa despesa, ela significa 0,01% dos proveitos. De facto esta despesa vai aumentar, até porque este ano acabaram de se liquidar dois empréstimos contraídos há dez anos atrás e que consta no mapa dos empréstimos. No ano de 2009 não houve contracção de empréstimos, haverá com certeza em 2010 e portanto esse valor vai subir porque está indexado ao investimento apoiado com cerca de 50%, reforçando que, ou se aproveita esta grande oportunidade do QREN que vai até 2013, aumentando a rubrica dos juros e outros encargos, ou então não se deixa que esta verba aumente e não se aproveita a oportunidade.-----

-----Interveio, novamente, o Sr. Vereador Luís Almeida, dizendo que quanto à evolução da dívida verifica-se que houve um acréscimo de cerca de 1.531.000€ em relação em 2008. Não pretende pôr em causa se o acréscimo é substancial ou não, mas sim fazer uma pequena comparação. Ao longo destes últimos anos, tem-se falado muito no ano 2005, e na altura foi referido em Assembleia Municipal, principalmente, que o ano de 2005 poderia ser comparado com o ano de 2009 porque é um ano de eleições, e o que se verifica em 2005 é que, de 2004 para 2005 o endividamento aumentou cerca de 1.000.000€, de 2008 para 2009 o endividamento aumentou 1.531.000€. Na altura a dívida era de cerca de 5.800.000€ e hoje é de cerca de 8.200.000€, e se recordar este executivo há cinco anos quando ganhou as eleições, achou que o montante de endividamento de 5.800.000 para um município como Porto de Mós iria trazer enormes dificuldades económicas. Actualmente com um endividamento de 8.200.000€, os Vereadores do Partido Social Democrata gostariam de saber se o executivo ainda tem a mesma ideia, ou se acha que este montante de endividamento é uma situação fácil de contornar e ao qual poderemos dar resposta. Verifica-se também que nos últimos anos não têm existido leasings e que a partir do ano 2008 já existia uma dívida, que ascendia a 174.000€ e este ano ascende a 319.000,00€, o que também é uma outra forma de financiamento que o Município está a usar ultimamente. Referiu ainda que relativamente à questão do endividamento, verifica-se pelo endividamento municipal que nesta altura, em valores percentuais, a Câmara Municipal

tem disponibilidade para endividamento de 4.683.350,00€, que corresponde a 40% do limite do endividamento líquido, mas se tiver presente que num curto espaço de tempo iremos ter um financiamento de longo prazo de 2.950.000,00 €, que foi o que ficou aprovado na última reunião de Câmara, significa que este montante de endividamento líquido disponível vai baixar para 1.733.350€ e em termos percentuais há uma redução para cerca de 14%, e deste modo o *plafond* para endividamento baixa, com este financiamento de 2.950.000,00 € e com outros financiamentos que venham a ocorrer no futuro para dar continuidade às obras do QREN, fazendo com que, na sua opinião o Município fique muito endividado. Em relação ao prazo médio de pagamento, está nos 96 dias em 2009, e fazendo também a comparação com ano de eleições de 2005 o mesmo era de 100 dias, tendo o mesmo sido fortemente protestado. Referiu ainda que houve um ano muito bom que foi o de 2007, em que este prazo foi de 35 dias, mas nos anos de maior investimento este prazo dispara, mas também entende que este prazo não está muito dilatado, ou fora do contexto normal, simplesmente refere que mais uma vez o ano de 2005 e de 2009 se assemelham nesta situação. Quanto à execução das Grandes Opções do Plano, verifica que relativamente àquelas áreas em que o senhor presidente tem estado mais apreensivo que são as de abastecimento de água e saneamento, são rubricas que efectivamente menos grau de realização obtiveram durante o ano de 2009. O saneamento apenas teve um grau de execução de 39%, assim como o abastecimento de água que só teve um grau de execução de 73%, o que significa que se está a contrair dívida e a comprometer a Câmara noutras áreas que não aquelas onde efectivamente há uma preocupação muito grande manifestada pelo executivo, e muito bem, verificando-se mais uma vez que o saneamento e abastecimento de água vão ficando para trás. Também em relação ao Turismo verifica-se um grau de execução de 18% relativamente ao que estava programado que já era pouco, ficando então um pouco abaixo daquilo que entende que deveria ser. Relativamente ao Balanço verifica-se que a rubrica de proveitos diferidos aumentou significativamente, o que diz respeito a fundos comunitários que foram recebidos e que vão sendo repercutidos ao longo dos anos. Em relação a um outro ponto do Balanço, a dívida de curto prazo de terceiros, verifica-se que tem vindo a aumentar, ascendendo a 71.266,75€ a 31 de Dezembro de 2009, verifica-se também que o executivo teve a preocupação de referir que 19.147,59€ são relativas às dívidas completamente perdidas, acabando por fazer uma provisão neste montante. Deste modo, constata-se que o endividamento de terceiros é uma situação que começa a afligir pois as cobranças duvidosas tendem a aumentar, situação esta que se deve ter cuidado. -----

-----O senhor vice-presidente usou da palavra dizendo que concorda com alguns aspectos mas existem outros com os quais não concorda. Relativamente à despesa corrente, concorda com o senhor vereador Luís Almeida, pois esta apresenta valores muito elevados e acrescenta que é uma situação que procura inverter, pela qual luta diariamente, mas que é muito difícil de contornar e reforça que a despesa corrente tem de diminuir, em nome do investimento que há para fazer. Em relação à questão colocada, se o actual executivo não se assustava com o montante de endividamento de 8.200.000€, responde que de facto não se assusta, porque de facto o Município tem hoje melhores condições de pagar, tem mais património, tem mais solidez económica, o que o assusta é que o município não tem capacidade para continuar a investir 5 milhões de euros anuais, dado que não gera receita suficiente, tem deixar de investir tanto quão depressa acabem o fundos comunitários. A partir do ano 2014 é difícil continuar a investir como se está a investir actualmente a não ser que o peso da despesa desça dos actuais 64% para 50%, o que é preciso muita coragem, mas é possível com uma gestão mais firme, rigorosa e com mais esclarecimento e seleccionar bem os investimentos porque aí é que está a sustentabilidade do futuro e o desenvolvimento do concelho. A Câmara não tem capitais próprios para investir para além dos cerca de 4.000.000,00€, tudo o que ultrapassa este montante ou advém de transferências de capital ou de endividamento municipal e este último tem limite. Acrescentou também que relativamente à capacidade de endividamento, na sua opinião, esta irá manter-se relativamente ao ano de 2010, porque o empréstimo de 1.600.000,00 € para além de ainda não estar aprovado pela Assembleia Municipal, nem visado pelo tribunal de contas, não irá com certeza ser utilizado na sua totalidade em 2010, ou talvez nem será utilizado neste ano. Portanto, não obstante estar em curso ou início de processo de contracção de

um novo empréstimo, a capacidade de endividamento não irá sofrer alterações para 2010. -----  
-----Usou da palavra o senhor Vereador Júlio Vieira dizendo que relativamente à evolução da despesa corrente e tendo na sua posse os valores de 2003, 2004 e 2005 e comparando com 2006, 2007, 2008 e 2009, verifica que não houve nenhum esforço para os reduzir e é obvio que quanto mais baixarem a despesa corrente mais verba sobra para investimento, de facto números são números e em 2003 o peso da despesa corrente era de 60,36%, enquanto que em 2006 foi de 68,86%, em de 2007 foi 69,34%, e em 2004 foi 68,71% e em 2005, ano de eleições, disparou para 73%, e portanto está muito longe do objectivo aprovado em Assembleia Municipal. Se forem retirados os anos eleitorais 2005 e 2009, os valores mantêm-se uniformes não há variações que permitam sentir-nos confortáveis e satisfeitos. -- -----

-----Interveio o senhor Albino Januário, referindo que há alguns anos atrás o rácio despesa corrente versus despesa total era um dos melhores indicadores para avaliar o desempenho da gestão de um Município, mas isto foi num tempo de estabilidade, onde não houve transferências de competências da Administração Central para a Administração Local. Hoje já não é assim, esta situação alterou-se em 2007 com a transferências de competências para a administração local das aec's, transportes escolares e educação o que significa mais de um milhão de euros e agora em 2009 ainda esse montante cresceu cerca de 783.000€ referentes a despesa com pessoal não docente das escolas e não obstante isso ainda desceu de 73% em 2005 para 64,45% em 2009, portanto a estrutura foi profundamente alterada. Um parâmetro que na sua opinião é o que melhor traduz o nível de desempenho de um Município é o índice de poupança que em 2009 se cifrou em 1.764.289,52€, e em 2005 este indicador é negativíssimo, correspondendo a 28,27% das despesas de capital, o que significa que este município teve a capacidade e o mérito de orientar receita obtida a titulo corrente, que logicamente seria para gastar em despesa corrente, para suportar despesa de capital. -----

-----Interveio o senhor vereador Júlio Vieira questionando relativamente à composição da despesa corrente e no que diz respeito aos encargos com o apoio social, se é possível saber, por cada área o valor recebido por parte do estado e o valor que é suportado pelo Município, porque de facto neste documento não se encontra esclarecido. Uma outra questão é a questão do endividamento ter aumentado em 2009, que é uma questão de divergência entre o executivo e a oposição. --- -----

-----O senhor Vereador Albino Januário interveio dizendo mais uma vez que a contracção de um novo empréstimo não vai aumentar a dívida porque esta já está assumida, e o empréstimo tem a ver com a reestruturação da dívida, com uma maior liquidez. -----

-----O senhor Júlio Vieira voltou a intervir referindo que em 2005 o actual executivo herdou um concelho com imensos problemas ao nível do abastecimento de água e saneamento e ao final de oito anos, o problema não estará resolvido e o montante de endividamento está maior e consequentemente a sua capacidade disponível muito menor. Questiona ainda se o executivo não se preocupa com o facto de que em 2008 obteve de receita de saneamento 115.941,11€ e em 2009 desceu para 112.768,30€, e que comparativamente, de 2007 para 2009, a diferença seja de 20.000€. O que significa que a Câmara se calhar não anda a fazer a as ligações onde devia, onde já é possível fazer em muito locais, ou então não faz nada para obrigar as pessoas a ligarem-se à rede. -----

-----O senhor Vereador Albino Januário interveio referindo que o facto das receitas com o saneamento terem diminuído pode estar relacionado com a diminuição do consumo de água, pois as pessoas estão a poupar cada vez mais no consumo da água e a este está indexado o saneamento. Acrescentando que estes valores podem ser melhorados e acredita que vão ser melhorados. -----

-----O senhor vereador Júlio Vieira interveio dizendo que estes valores poderiam estar melhores se o peso da despesa de capital estivesse mais próximo dos 50%. -----

-----Usou da palavra o senhor presidente solicitando aos senhores vereadores da oposição que tomassem uma posição relativamente ao documento em discussão para finalizar a reunião. -----

-----Interveio o senhor vereador Luís Almeida referindo que os Vereadores do Partido Social Democrata verificam que o orçamento não foi executado, houve desvios significativos, os grandes investimentos que são precisos para o concelho, mais uma vez foram esquecidos, como é o caso da saneamento e do abastecimento de água, que não foram valorizados. Preocupa-os a dívida não tanto pelo seu montante de 8.200.000€, mas sim pelo facto de que tem muitas dúvidas de que a curto prazo ela seja compensada, porque lhes parece que vai haver um acréscimo de endividamento em valores que ainda não estão contabilizados. Por outro lado, acrescentou que chegaram à conclusão que os valores obtidos, quer seja de execução orçamental, da despesa corrente, despesa de investimento estiveram dentro dos valores normais e deste modo, a sua posição é de abstenção. -----

-----Interveio o senhor vereador Júlio Vieira referindo que houve uma melhoria da despesa corrente se compararmos os últimos quatro anos com os quatro anos anteriores. A estrutura da despesa sofreu alterações mas na sua opinião não se alterou aquilo que era desejável e recomendável. Por outro lado, e o que o está a preocupar mais, é verificar que a dívida passou de cerca de cinco milhões para oito milhões de euros em quatro anos, e não estava à espera que a dívida aumentasse tanto relativamente ao ano de 2005. Uma outra questão é que se está a comprometer a capacidade de endividamento do Município com a contracção de novos empréstimos e do aumento da dívida e os aspectos mais importantes como o saneamento, abastecimento de água e reestruturação da rede existente não vão ficar assegurados nem resolvidos e isso vai comprometer os próximos executivos municipais e obviamente o futuro do concelho e deste modo a sua posição também é de abstenção. -----

-----Interveio para finalizar a reunião o senhor presidente referindo que foram feitos avultados investimentos no abastecimento de água à população de concelho e também saneamento, dando exemplos concretos de alguns locais do concelho onde essas obras foram executadas. -----

-----Posto a votação o ponto único da ordem de trabalhos, **Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respectiva Avaliação, bem como, Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativamente ao Ano de 2009**, foi deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, com a abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata. -----

-----Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade. -----

-----De modo a permitir a sua imediata execução, a Câmara resolveu aprovar a Acta em Minuta no final da Reunião. -----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas, da qual para constar, se lavrou a presente Acta. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_